



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
Seção de Licitação do Centro de Serviços Compartilhados de Saúde/DPS

Anexo nº I de Edital - Termo de Referência/PMMG/DPS/CSC-SAÚDE/LICITAÇÃO/2026

PROCESSO Nº 1250.01.0023578/2026-34

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
17/09/2026	PMMG/CSC-SAÚDE	1255302

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Gilzélia Gomes E-mail: hpm-informatica@pmmg.mg.gov.br Ramal para contato: (31) 3071-5353	CSC-Saúde / S-TIC

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 9 - HABILITAÇÃO
- 10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços continuados de segurança eletrônica, por meio de **locação, implantação, configuração e manutenção assistida** de sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) com tecnologia IP, incluindo o fornecimento de hardware, software de gestão e substituição de peças, para atender as unidades da Diretoria de Proteção Social (HPM, CAF e CODONT), sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	COD. DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	4340	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	MÊS	12
2	1	4340	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	MÊS	12
3	1	4340	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	MÊS	12

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.3.1. A participação nos lotes 02 (dois) e 03 (três) da presente licitação é **exclusiva** para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

1.3.1. Para o lote 01, a participação na presente contratação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006), visto que o valor estimado para o lote é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.4. Da Contratação:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.1.1. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.

1.4.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Descrição da Solução:

1.5.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança eletrônica, por meio de **locação, instalação, configuração e manutenção assistida** de sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) com tecnologia IP, incluindo o fornecimento de hardware, software de gestão e substituição de peças, para atender as unidades da Diretoria de Proteção Social (HPM, CAF e CODONT).

1.5.2. Locação de sistema de videomonitoramento IP de alta performance, com suporte técnico on-site, manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças e equipamentos. A solução deverá contemplar câmeras de monitoramento com tecnologia infravermelho (IR), equipamentos de gravação e armazenamento, switches gerenciáveis, rádios de comunicação de dados, servidores e estações de monitoramento, além de software de gerenciamento de vídeo e leitura automática de placas veiculares. A contratada deverá integrar e utilizar a infraestrutura de rede existente, realizando a atualização, configuração e gerenciamento dos ativos do sistema de CFTV.

1.5.2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação de Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV IP), para o monitoramento e gravação das imagens, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), serviço de instalação dos equipamentos, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva,

- com reposição de peças e equipamentos quando necessário, relocação de equipamentos, atualização tecnológica , incluindo; treinamento para o uso, nas unidades da Diretoria de Proteção Social (HPM, CAF e CODONT) que consiste em:
- 1.5.2.2. Locação, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) com reposição de peças dos equipamentos necessários ao funcionamento do sistema de CFTV; Câmeras Tipo Bullet, Câmeras Tipo Dome, Switch Ethernet, Network Video Recorder (NVR);
- 1.5.2.3. Em cada ambiente, serão instaladas câmeras de segurança profissionais nos pontos especificados, em alturas e posições que garantam o melhor ângulo de visão da área a ser vigiada. Os dispositivos e câmeras de segurança devem ser de nível profissional, com todas as câmeras interligadas, em cada local, a um Switch PoE ou diretamente ao servidor de gravação.
- 1.5.2.4. Fornecimento, instalação e configuração e infraestrutura necessária ao funcionamento da Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV IP); incluindo eletrodutos, pontos de rede e elétricos, cabos, fios, tomadas, conectores, caixas de passagem, abraçadeiras e todo material que se fizer necessário ao pleno e correto funcionamento do sistema de CFTV, ainda que não descritos neste documento.
- 1.5.2.5. Para garantir a execução completa e adequada desses serviços, todos os dispositivos necessários serão de responsabilidade da Contratada. Isso inclui todos os itens citados no item 1.5.4 (além dos itens necessários ao perfeito funcionamento não descritos). Em resumo, toda a infraestrutura e os equipamentos devem seguir um padrão de qualidade, assegurando excelência na captura das imagens.
- 1.5.2.6. Treinamento de usuários para operação do Sistema de CFTV IP;
- 1.5.2.7. Fornecimento do Memorial descritivo como construído ("As Built") da Solução instalada;
- 1.5.2.8. Os equipamentos e softwares fornecidos deverão contar com licença, garantia e suporte técnico durante todo o período de vigência do contrato, assegurando seu pleno funcionamento e a continuidade dos serviços contratados.
- 1.5.2.9. Os softwares, bem como suas respectivas licenças, que forem indispensáveis para a adequada execução dos serviços contratados, deverão ser fornecidos, garantindo plena operacionalidade e conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos.
- 1.5.2.10. A Contratada deverá garantir o armazenamento contínuo das imagens de todas as câmeras instaladas por, no mínimo, 90 (noventa) dias ininterruptos, contados a partir da data de gravação, sem redução de taxa de quadros, de resolução, de qualidade ou de qualquer parâmetro definido na especificação técnica, e sem sobrescrita antecipada.
- 1.5.2.10.1. O tratamento de dados pessoais por meio da Solução de CFTV destina-se exclusivamente às finalidades de:
- 1.5.2.10.2. proteção da integridade física de pacientes, acompanhantes, servidores, colaboradores e visitantes;
- 1.5.2.10.3. segurança patrimonial das unidades e de seus bens;
- 1.5.2.10.4. apuração de eventos adversos, incidentes, sinistros e ocorrências administrativas ou disciplinares;
- 1.5.2.10.5. cumprimento de obrigações legais e regulatórias, inclusive de requisições de autoridades competentes;
- 1.5.2.10.6. apoio à instrução de procedimentos administrativos e judiciais.
- 1.5.2.11. A Contratada atuará, para os fins da Lei Geral de Proteção dos Dados, na condição de operadora dos dados pessoais tratados, cabendo à Contratante a condição de controladora, sendo vedado à Contratada qualquer tratamento para finalidade diversa daquelas indicadas.
- 1.5.2.12. É expressamente vedado à Contratada utilizar, reproduzir, ceder, compartilhar, comercializar ou empregar imagens captadas para fins publicitários, de treinamento de sistemas próprios, de teste de produtos ou de qualquer natureza estranha ao objeto contratado.
- 1.5.2.13. O acesso às imagens e às funcionalidades do sistema deverá observar os princípios da necessidade de conhecer e do menor privilégio, com perfis de acesso individualizados e nominalmente identificados, sendo vedado o uso de credenciais compartilhadas, genéricas ou de uso coletivo.
- 1.5.2.14. O sistema deverá dispor de autenticação individual, com exigência mínima de senha forte, bloqueio por tentativas inválidas e obrigatoriedade de alteração periódica de credenciais.
- 1.5.2.15. A Contratada deverá manter política interna de segurança da informação e de proteção de dados compatível com o objeto contratado, cujas evidências poderão ser solicitadas pela fiscalização.
- 1.5.2.16. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do conhecimento do fato, qualquer incidente de segurança que possa acarretar acesso não autorizado, perda, alteração, destruição ou vazamento de dados pessoais, apresentando relatório descritivo do evento, das medidas de contenção adotadas e das ações corretivas.
- 1.6. **QUANTITATIVOS:**
- 1.6.1. Os quantitativos apresentados foram definidos a partir de levantamento técnico in loco baseando-se pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento SEI nº 149455075, considerando a área física das unidades, os pontos de acesso, áreas internas e externas sensíveis, fluxo de pessoas e veículos, bem como a necessidade de cobertura contínua e sem pontos cegos. A distribuição por lotes reflete a especificidade operacional de cada unidade, garantindo adequada cobertura e eficiência do sistema.

LOTE	ITEM	CÓD. ITEM SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS (Serviço contínuo)
1	1	4340	12	Mês	Serviços de locação de equipamentos de segurança eletrônica para o HPM, CLIPS E JCS
2	1	4340	12	Mês	Serviços de locação de equipamentos de segurança eletrônica para CAF
3	1	4340	12	Mês	Serviços de locação de equipamentos de segurança eletrônica para o CENTRO ODONTOLÓGICO (CODONT)

1.6.2. **LOTE 01:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança eletrônica, por meio de **locação, instalação, configuração e manutenção assistida** de sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), com todos os recursos necessários para o correto funcionamento do sistema com fornecimento de peças para o Hospital da Polícia Militar (HPM) conforme abaixo:

1.6.3. **Quantitativo dos itens de locação para o HPM, CLIPS E antigo prédio da JCS**

	Item	Quantitativo dos itens de locação para o HPM ver Apêndice 1- ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Unidade	Quant.
	1	Câmera Fixa Bullet com lente varifocal e IR, conforme especificações mínimas	Unidade	20
	2	Câmera Bullet com Lente Fixa e IR, conforme especificações mínimas	Unidade	146
	3	Câmera Mini Dome com Lente Fixa e IR, conforme especificações mínimas	Unidade	30
	4	Switch 24 portas gerenciável, conforme especificações mínimas	Unidade	10
	5	NVR/Servidor de gravação para 16 câmeras, conforme especificações mínimas	Unidade	13
	6	Estação de trabalho para CFTV, conforme especificações, conforme especificações mínimas	Unidade	3
	7	Rádio de dados AP, conforme especificações mínimas	Unidade	20
	8	Software de monitoramento, conforme especificações, conforme especificações mínimas	Unidade	200
	9	Software de monitoramento Leitura de Placa, conforme especificações, conforme especificações mínimas	Unidade	4
	10	Servidor de monitoramento (VMS), conforme especificações, conforme especificações mínimas	Unidade	01
	11	Câmera com captura e reconhecimento de placas de veiculares, conforme especificações mínimas	Unidade	04
	12	Nobreak, conforme especificações mínimas	Unidade	02
	13	Alarme com 06 sensores e 02 teclados, conforme especificações mínimas	Unidade	02

1.6.4. **LOTE 02:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança eletrônica, por meio de **locação, instalação, configuração e manutenção assistida** de sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), com todos os recursos necessários para o correto funcionamento do sistema com fornecimento de peças para a Central de Abastecimento de Médico e Farmacêutico (CAF) conforme abaixo:

Item	Quantitativo dos itens de locação para a CAF ver Apêndice 1- ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Unidade	Quant.
1	Câmera Bullet com Lente Fixa e IR, conforme especificações mínimas	Unidade	16
2	NVR/Servidor de gravação para 16 câmeras, com portas POE, conforme especificações mínimas	Unidade	1
3	Alarme com 06 sensores e 02 teclados, conforme especificações mínimas	Unidade	1
4	Nobreak, conforme especificações mínimas	Unidade	1

1.6.5. **LOTE 03:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança eletrônica, por meio de **locação, instalação, configuração e manutenção assistida** de sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), com todos os recursos necessários para o correto funcionamento do sistema com fornecimento de peças para o Centro Odontológico (Codont) conforme

abaixo:

Item	Quantitativo dos itens de locação para o CODont ver Apêndice 1- ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Unidade	Quant.
1	Câmera Bullet com Lente Fixa e IR, conforme especificações mínimas	Unidade	22
2	NVR/Servidor de gravação para 16 câmeras, com portas POE, conforme especificações mínimas	Unidade	1
3	NVR/Servidor de gravação para 08 câmeras, com portas POE, conforme especificações mínimas	Unidade	1
4	Nobreak, conforme especificações mínimas	Unidade	1

- 1.6.6. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:**
- 1.6.7. Todos os equipamentos a serem disponibilizados por meio da locação deverão ser novos, estar em perfeitas condições de funcionamento e conservação, bem como pertencer à linha regular de fabricação do fabricante, não sendo admitidos equipamentos reconicionados, remanufaturados, usados ou fora de linha.
- 1.6.8. As especificações técnicas dos equipamentos, bem como os requisitos mínimos de desempenho, funcionalidade e compatibilidade exigidos para a contratação, encontram-se detalhados no **Apêndice 1- ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**, o qual integra este documento para todos os fins.
- 1.6.9. Considerando a existência de infraestrutura física já instalada e remanescente da contratação anterior, apta a suportar a instalação das câmeras e dos demais equipamentos necessários à operação do sistema, a implantação, configuração e ativação dos equipamentos e demais componentes necessários ao pleno e regular funcionamento do sistema de CFTV constituem **obrigações necessárias à disponibilização e ao funcionamento da solução**, devendo ser realizadas pela CONTRATADA **sem qualquer ônus para a CONTRATANTE e sem remuneração específica**, não sendo objeto de precificação ou discriminação na proposta comercial, inclusive em eventuais prorrogações contratuais.
2. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A contratação justifica-se pela iminente conclusão do contrato vigente (setembro/2026) e a necessidade contínua de aprimoramento na gestão da segurança pessoal, de pacientes e servidores no HPM, CAF e CODONT, assim como a segurança patrimonial. torna-se essencial a contratação de empresa especializada para fornecer uma solução tecnológica de monitoramento do tipo CFTV Digital IP. Essa medida visa garantir a continuidade dos serviços habituais de vigilância por meio de imagens nas dependências internas e externas do complexo das unidades de saúde (HPM, JCS e CLIPS/CAF/Codont).
- 2.2. O monitoramento por câmeras assegura a segurança do ambiente, prevenindo incidentes como invasões, furtos, vandalismo e demais ocorrências que possam comprometer a integridade do patrimônio e das pessoas. O serviço é imprescindível para garantir a vigilância permanente, permitindo a detecção e resposta rápida a eventos de risco, além da geração de registros visuais que auxiliam em pesquisas, auditorias e demais necessidades voltadas à segurança.
- 2.3. A implementação do CFTV Digital IP possibilita a fiscalização simultânea de diversas áreas, otimizando o uso de recursos humanos e promovendo uma vigilância mais eficiente e estratégica. A manutenção e atualização dos equipamentos garantem a qualidade das imagens e o funcionamento contínuo do sistema.
- 2.4. O diagnóstico aponta que falta de videomonitoramento nas dependências das unidades subordinadas à DS pode gerar grande sensação de insegurança para os pacientes, acompanhantes, funcionários e prestadores de serviço. A opção pela locação, em detrimento da aquisição, garante a atualização tecnológica contínua, suporte técnico especializado e evita a obsolescência dos equipamentos, conforme apontado no documento SEI nº Estudo Técnico Preliminar (ETP) 149455075
- 2.5. A contratação também se mostra aderente ao **Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Resolução nº 5.332/2023**, que estabelece diretrizes voltadas à modernização institucional, à transformação digital, ao aprimoramento da governança e ao incremento da eficiência operacional da corporação, com ênfase no uso intensivo de tecnologia para o fortalecimento da segurança, da gestão e da prestação de serviços à sociedade. Nesse contexto, a adoção de soluções tecnológicas de controle de acesso representa ação concreta de apoio à execução das iniciativas estratégicas relacionadas à inovação, gestão de riscos, proteção institucional e melhoria da infraestrutura.
- 2.6. A presente demanda tem origem na necessidade institucional de aprimorar os mecanismos de segurança nas dependências da Administração, com vistas à mitigação de riscos relacionados ao acesso não autorizado, à proteção do patrimônio público e ao resguardo da integridade física de servidores, usuários e visitantes, além de assegurar o uso adequado e controlado dos espaços institucionais.
- 2.7. Tal necessidade está diretamente alinhada ao interesse público, na medida em que a adoção de soluções modernas de videomonitoramento (CFTV) fortalece a capacidade preventiva e de resposta da Administração diante de incidentes, contribuindo para a continuidade dos serviços prestados e para a criação de um ambiente mais seguro e organizado.
- 2.8. Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida estratégica, voltada não apenas à segurança física, mas também ao aprimoramento da gestão institucional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.
- 2.9. A não contratação desse serviço pode resultar em vulnerabilidades de segurança. Sem um sistema de monitoramento eficiente, a fiscalização de diferentes áreas dependeria exclusivamente da presença física de equipes, o que aumentaria os custos operacionais e reduziria a capacidade de resposta rápida a incidentes. Assim, a implementação da solução de CFTV Digital IP se apresenta como uma medida essencial para a manutenção da segurança nas unidades do HPM, JCS, CLIPS, CAF e CODONT,
3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 3.1. **Da Participação de Consórcios:**
- 3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio. Considerando a baixa complexidade do objeto a ser contratado e que a execução desses serviços exige organização empresarial estruturada, disponibilidade permanente de equipe técnica, planejamento operacional, cumprimento de prazos contratuais, atendimento a chamados técnicos e responsabilidade técnica sobre a instalação, configuração e manutenção dos equipamentos e sistemas, conclui-se pela inviabilidade de participação de sociedades cooperativas no presente certame, por incompatibilidade com o modelo de execução do objeto pretendido para esta contratação.
- 3.2. **Da Participação de Cooperativa:**
- 3.2.1. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas. Devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido/serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os materiais de forma independente/prestar o serviço de forma independente
- 3.3. **Da Subcontratação:**
- 3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.
- 3.4. **Da Sustentabilidade:**
- 3.4.1. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:
- 3.4.1.1. A contratada deve priorizar equipamentos com baixo consumo de energia e dar destinação ambientalmente adequada a componentes eletrônicos substituídos (Logística Reversa)
- 3.4.1.2. Usar equipamentos com selo de eficiência energética, sensores de presença, e sistemas com modo standby inteligente.
- 3.4.1.3. Priorizar empresas com certificação ou políticas claras de sustentabilidade.
- 3.4.1.4. Racionalização do uso de matérias-primas;
- 3.4.1.5. Adoção de materiais recicláveis, componentes modulares e práticas de produção responsáveis.
- 3.4.1.6. Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;
- 3.4.1.7. Adoção de tecnologias limpas e menos agressivas ao meio ambiente;
- 3.4.1.8. Cumprimento de Normas e Regulamentações Ambientais e Trabalhistas: A empresa deve estar em conformidade com as leis e regulamentos ambientais e trabalhistas vigentes, garantindo que seus processos e operações estejam alinhados com os requisitos legais.
- 3.4.1.9. Descarte adequado : A empresa deverá aplicar reciclagem e descarte adequado de equipamentos eletrônicos, principalmente no que se refere à logística reversa.
- 3.4.1.10. Redução de substâncias tóxicas: utilização de produtos atóxicos, ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade.
- 3.4.1.11. Monitorar indicadores ambientais da operação, como consumo de energia e geração de e-lixo (lixo eletrônico).
- 3.5. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**
- 3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos.
- 3.6. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**
- 3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.
- 3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**
- 3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.
- 3.8. **Da Garantia da Contratação:**

- 3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto. O serviço deve possuir garantia de funcionamento integral durante toda a vigência.
- 3.9. **Condições e Especificações da Garantia do Serviço:**
- 3.9.1. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).
- 3.10. **Da Vistoria:**
- 3.10.1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.
- 3.10.2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.
- 3.10.3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.
- 3.10.4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.
- 3.10.5. A vistoria será acompanhada por pelo menos 1 (um) servidor, designado no momento da vistoria, e será realizada nas seguintes condições:
- 3.10.5.1. Segunda, terça, quinta e sexta feira no horário de 07:00 às 12:00 e de 13:00 às 15:00 e quarta feira no horário de 08:30 às 12:00.
- 3.10.5.2. Local da visita:
- 3.10.5.3. Para o **HPM, JCS e CLIPS**: Av do Contorno 2787, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG;
- 3.10.5.4. Para a **CAF**: Avenida Jequitinhonha, 700, Bairro Vera Cruz, Belo Horizonte, M.G;
- 3.10.5.5. Para o **Codont**: Av. do Contorno, 3.300, Bairro Santa Efigênia Belo Horizonte, MG.
- 3.10.5.6. O prestador que desejar realizar visita técnica deverá agendar dia e horário específico, tanto, contatar os telefones (31) 3071-5333 ou (31) 3071-5233 ou (31) 3071-5269.
- 3.10.5.7. A vistoria técnica será acompanhada pelos servidores: Tenente Gilzélia, Subtenente Alves ou Sargento Dornelas da Seção de Informática (S-TIC).
- 3.10.5.8. Fica estipulado que a visita técnica aos locais destinados à instalação das câmeras de CFTV é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada. A não realização da visita, seja por recusa ou qualquer outro motivo, exime a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade quanto a questionamentos futuros sobre as condições do local, a distribuição e os pontos de instalação das câmeras.
- 3.10.5.9. A contratada não poderá, em hipótese alguma, alegar desconhecimento ou apresentar reclamações relacionadas à infraestrutura ou aos locais definidos após a ausência na visita técnica.
- 3.10.5.10. A distribuição e os locais específicos para a instalação das câmeras de CFTV foram definidos de acordo com a infraestrutura já instalada e com as necessidades de segurança e monitoramento das áreas a serem atendidas.
- 3.10.5.11. Durante a visita técnica, será apresentado à empresa contratada o modelo esquemático do sistema, contendo a distribuição das câmeras e os pontos de instalação, que deverão ser seguidos conforme projeto básico.
- 3.10.5.12. A empresa deverá assinar o atestado de comparecimento, confirmando sua presença e ciência sobre os locais e o modelo, para garantir a execução conforme as diretrizes estabelecidas.
- 3.10.6. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.
4. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 4.1. **Do Prazo e das Condições da Prestação do Serviço:**
- 4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 4.1.1.1. Início da execução do objeto: a CONTRATADA deverá elaborar cronograma, a ser entregue em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato contendo detalhamento do serviço e dos produtos a serem utilizados, indicando os respectivos locais para a execução.
- 4.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 4.1.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
- 4.1.1.3.1. **Etapas 1 – Planejamento e Levantamento Técnico: 05 (cinco) dias**
- 4.1.1.3.1.1. Nesta etapa serão realizadas reuniões de alinhamento com a contratante, durante as quais será efetuado o levantamento técnico das áreas e dos pontos de controle de acesso, bem como a elaboração do projeto executivo;
- 4.1.1.3.2. **Etapas 2 – Aquisição e Logística de Equipamentos: 10 (dez) dias**
- 4.1.1.3.3. Contempla a aquisição dos equipamentos e softwares, o recebimento e a conferência dos materiais, bem como a logística de distribuição para os locais de instalação.
- 4.1.1.3.4. **Etapas 3 – Instalação: 05 (cinco) dias**
- 4.1.1.3.5. Contempla a instalação dos dispositivos, bem como a integração do sistema.
- 4.1.1.3.6. **Etapas 4 – Configuração e Integração do Sistema: 05 (cinco) dias**
- 4.1.1.3.7. Contempla a configuração do software, bem como a realização de testes operacionais e os devidos ajustes.
- 4.1.1.3.8. **Etapas 5 – Treinamento e Entrega Operacional: 05 (cinco) dias**
- 4.1.1.3.9. Contempla o treinamento de usuários e administradores, a entrega de manuais e da documentação técnica, bem como a operação assistida inicial do sistema.
- 4.1.1.3.10. O cronograma poderá ser ajustado conforme as necessidades operacionais, sendo que todas as etapas serão acompanhadas por relatórios de execução. O sistema será entregue em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.
- 4.1.1.4. **PRAZO TOTAL ESTIMADO**
- 4.1.1.5. Implantação: **até 35 dias** após a entrega do cronograma descrito no item 4.1.1.
- 4.2. **Do Local e Horário da Prestação do Serviço:**
- 4.2.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:
- 4.2.2. Para o **HPM, JCS e CLIPS**: Av do Contorno 2787, Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG;
- 4.2.3. Para a **CAF**: Avenida Jequitinhonha, 700, Bairro Vera Cruz
- 4.2.4. Para o **Codont**: Av. do Contorno, 3.300, Bairro Santa Efigênia Belo Horizonte, MG;
- 4.2.5. Para agendamento, contatar os telefones (31) 3071-5333 ou (31) 3071-5233 ou (31) 3071-5502.
- 4.2.6. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores: **Ten Gilzélia, Subtenente Alves ou Sgt Dornelas** da S-TIC.
- 4.3. **Dos Materiais a Serem Disponibilizados:**
- 4.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário:
- 4.3.1.1. Materiais constantes no item 1.1 deste termo de referência. Todos os equipamentos necessários ficarão a cargo do fornecedor, como: câmeras, servidores de gravação, monitores, estação de trabalho, switches e os acessórios como: suportes para fixação, cabos, caixas de proteção contra eventos atmosféricos (chuvas e raios) e vandalismo, energia elétrica, nobreak, softwares entre outros, ou seja, toda infraestrutura e os equipamentos que estabelecem um padrão e primam pela qualidade da imagem.
- 4.4. **Do Regime de Execução:**
- 4.4.1. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço global.
5. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 5.1. **Do Recebimento:**
- 5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.

- 5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento provisório.
- 5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.2. **Da Avaliação da Execução do Objeto:**
- 5.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste Termo
- 5.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.
- 5.2.2.1. A aferição dos serviços será realizada sempre até o 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, sob a responsabilidade do fiscal do contrato.
- 5.2.2.2. Verificado o não cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste acordo, o fiscal determinará a adequação do pagamento à contratada, aplicando os acréscimos previstos nas tabelas.
- 5.2.2.3. Não será necessária a abertura de processo administrativo para adequação do pagamento.
- 5.2.3. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO
- 5.2.3.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio dos indicadores de qualidade apresentados nas tabelas abaixo:

INDICADOR 01	
Manutenção corretiva dos equipamentos que fazem parte do objeto.	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar o cumprimento dos níveis de serviços estabelecidos para as manutenções corretivas.
Meta a cumprir	95% dos chamados de manutenção corretiva fechadas no prazo
Instrumento de medição	Sistema WEB ou E-mail de abertura/ fechamento de chamados.
Forma de acompanhamento	Através do relatório mensal emitido pela CONTRATADA.
Periodicidade	Aferição diária e consolidação mensal (somatório dos resultados das aferições diárias).
Mecanismo de Cálculo	Total de chamados para manutenções corretivas fechadas no prazo/ Total de chamados abertos para manutenções corretivas.= X1
Início de Vigência	Início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento (M1)	Se X1 entre 0,95 e 1, M1 = 1
	Se X1 entre 0,90 e 0,94, M1 = 0,95
	Se X1 entre 0,85 e 0,89, M1 = 0,9
	Se X1 entre 0,80 e 0,84, M1 = 0,85
	Se X1 entre 0,75 e 0,80, M1 = 0,8
	Se X1 entre 0,70 e 0,74, M1 = 0,75
Sanções	Se X1 abaixo de 0,70, M1 = 0,7
	Se X1 abaixo de 0,70 por 3 (três) meses consecutivos, será considerada inexecução parcial do ajuste e a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato.

INDICADOR 02	
Indisponibilidade dos gravadores de imagens.	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar o cumprimento dos níveis de serviços para a disponibilidade dos gravadores de imagens.
Meta a cumprir	99% disponibilidade integral dos gravadores de imagens.
Instrumento de medição	Sistema WEB ou E-mail de abertura/ fechamento de chamados referentes aos gravadores de imagem.
Forma de acompanhamento	Através da confirmação da CONTRATANTE do funcionamento dos gravadores de imagens com fechamento do chamado.
Periodicidade	Aferição diária e consolidação mensal (somatório dos resultados das aferições diárias).
Mecanismo de Cálculo	Somatório de disponibilidade dos gravadores de imagens (em minutos) / total de minutos dos painéis de sinalização (número de dias x 24 horas x 60 minutos x n° de gravadores de imagens ativos) = X2. Disponibilidade sistema = Tempo total disponível - tempo total indisponível (tempo retirado entre a abertura e fechamento dos chamados de indisponibilidade). Nos casos de retirada, desativação ou redução de equipamentos previamente autorizadas pela CONTRATANTE, o respectivo equipamento deixará de compor a base de cálculo a partir da data de sua efetiva retirada ou desativação.
Início de Vigência	Início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento (M2)	Se X2 entre 0,99 e 1, M2 = 1
	Se X2 entre 0,97 e 0,98, M2 = 0,9
	Se X2 entre 0,95 e 0,96, M2 = 0,8
	Se X2 entre 0,93 e 0,94, M2 = 0,7
	Se X2 entre 0,91 e 0,92, M2 = 0,6
	Se X2 abaixo de 0,90, M2 = 0,5
Sanções	Se X2 abaixo de 0,90 por 3 (três) meses consecutivos, será considerada inexecução parcial do ajuste e a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato.

- 5.2.3.2. **FATURAMENTO:**
- 5.2.3.3. **Faturamento proporcional aos equipamentos efetivamente instalados:**
- 5.2.3.3.1. O faturamento referente aos serviços de Locação de Sistema de Videomonitoramento, com assistência técnica e manutenção corretiva, preventiva e especializada, incluindo reposição de peças e insumos, será realizado com base exclusivamente na quantidade de câmeras efetivamente instaladas, configuradas, ativadas e disponibilizadas para utilização pela CONTRATANTE, observados os respectivos valores unitários constantes da proposta da CONTRATADA.
- 5.2.3.3.2. Para fins de faturamento mensal, não será considerado automaticamente o quantitativo total estimado ou contratado, sendo devido o pagamento somente pelos equipamentos efetivamente disponibilizados e em operação no período de referência, após aferição e validação pela fiscalização do contrato.

- 5.2.3.3.3. Quando a instalação ou ativação de câmera ocorrer no decorrer do período de faturamento, o respectivo valor de locação será calculado pro rata die, a partir da data de sua efetiva disponibilização para uso.
- 5.2.3.3.4. A redução definitiva do quantitativo de equipamentos somente poderá ocorrer mediante determinação ou autorização formal da CONTRATANTE e deverá ser objeto de formalização contratual sempre que implicar alteração do objeto ou do valor contratado.
- 5.2.3.3.5. A indisponibilidade temporária de equipamento decorrente de falha, manutenção, substituição ou qualquer outra ocorrência imputável à CONTRATADA não caracterizará redução do quantitativo contratado, devendo seus efeitos financeiros ser apurados exclusivamente por meio do Instrumento de Medição de Resultado – IMR.
- 5.2.3.3.6. O faturamento mensal permanecerá vinculado ao valor correspondente ao lote contratado, ressalvadas as alterações quantitativas formalmente realizadas e as adequações de pagamento decorrentes da aplicação do IMR, nos termos deste Termo de Referência.
- 5.2.3.3.7. O quantitativo de câmeras considerado para faturamento deverá constar do relatório mensal de medição, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento, o local de instalação e as respectivas datas de ativação e, quando aplicável, de retirada ou desativação, ficando o pagamento condicionado à conferência e ao aceite da fiscalização do contrato.
- 5.2.3.3.8. Para fins de aplicação do Modelo de Faturamento, adotam-se as seguintes definições:
- 5.2.3.3.9. VTL – Valor Total da Taxa de Locação Mensal, correspondente ao somatório dos valores de locação dos equipamentos efetivamente instalados, ativos e validados pela CONTRATANTE no respectivo período de medição;
- 5.2.3.3.10. M1 – Resultado do Indicador 1 – Manutenção Corretiva dos Equipamentos;
- 5.2.3.3.11. M2 – Resultado do Indicador 2 – Indisponibilidade dos Gravadores de Imagens.
- 5.2.3.3.12. O VTL será apurado de acordo com a seguinte fórmula:
- 5.2.3.3.13. **$VTL = \Sigma (\text{quantidade de câmeras efetivamente instaladas e ativas} \times \text{valor unitário mensal de locação correspondente})$**
- 5.2.3.3.14. Após a apuração do VTL, será aplicado o Nível de Serviço correspondente ao período, conforme os resultados dos indicadores M1 e M2:
- 5.2.3.3.15. **Valor mensal devido = $VTL \times (M1 + M2) / 2$**
- 5.2.3.3.16. Não será admitido faturamento referente a câmeras não instaladas, não ativadas ou ainda não disponibilizadas para utilização pela CONTRATANTE, ainda que integrem os quantitativos máximos ou estimados da contratação.
- 5.2.3.3.17. Aferição dos indicadores e aplicação das deduções
- 5.2.3.3.18. A CONTRATANTE realizará a aferição dos indicadores de Nível de Serviço e apresentará à CONTRATADA as evidências relativas ao seu cumprimento ou descumprimento.
- 5.2.3.3.19. Constatado o descumprimento de indicador, a CONTRATADA será notificada para, caso entenda pertinente, apresentar justificativa no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado do recebimento da notificação.
- 5.2.3.3.20. Após a análise das justificativas apresentadas, a CONTRATANTE formalizará o resultado da aferição e, quando cabível, informará os valores a serem deduzidos do faturamento, conforme o Modelo de Faturamento estabelecido neste Termo de Referência.
- 5.2.3.3.21. As deduções decorrentes do descumprimento dos níveis de serviço serão aplicadas no faturamento subsequente à formalização do resultado da aferição. Caso o valor da dedução seja superior ao faturamento do período, o saldo remanescente será deduzido dos faturamentos subsequentes, mediante ciência da CONTRATADA, até sua integral compensação.
- 5.2.3.3.22. As deduções somente serão aplicáveis quando o descumprimento dos indicadores decorrer de fato imputável à CONTRATADA, observadas as condições e responsabilidades estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.2.4. **Responsabilidade pela execução dos serviços**
- 5.2.4.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, pelos prejuízos decorrentes de execução inadequada, pelas garantias concedidas e pelas demais responsabilidades assumidas contratualmente ou decorrentes da legislação aplicável.
- 5.2.4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou com a proposta da CONTRATADA, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato, **sem ônus adicional para a CONTRATANTE**, sem prejuízo da aplicação das medidas e penalidades cabíveis.
- 5.3. **Da Liquidação:**
- 5.3.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.
- 5.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 5.3.2.1. O vencimento;
- 5.3.2.2. A data da emissão;
- 5.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.3.2.4. O período respectivo de execução do objeto;
- 5.3.2.5. O valor a pagar; e
- 5.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 5.3.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.4. **Do Pagamento:**
- 5.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
- 5.4.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.
- 5.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.4.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.
- 5.4.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.
- 5.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.4.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 5.4.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 5.4.6.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 5.4.6.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Deverá ser previsto, quando aplicável, especialmente em cenário de eventual troca obrigatória de fornecedor, o relacionamento técnico-operacional entre a empresa contratada e o fornecedor anteriormente responsável por solução similar, com vistas à adequada transferência de conhecimento, informações técnicas, configurações, parâmetros de funcionamento, históricos operacionais e demais elementos necessários à continuidade do serviço.

6.1.1. Tal transição deverá ocorrer de forma planejada, coordenada e documentada, de modo a mitigar riscos de descontinuidade, perda de dados, falhas de integração ou degradação da operação do sistema, assegurando a plena operacionalidade da solução desde o início da execução contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2.10. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

7.3. Da Gestão do Contrato:

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a atuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.4. Do Preposto:

7.4.1. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

8.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

8.1.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 (um centavo).

8.2. Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:

8.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.2.2. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência.

8.3. Da Prova de Conceito (PoC):

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;
- 9.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 9.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 9.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 9.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
- 9.1.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:
- I - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \\
 &\text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} \\
 &\text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = &\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

- II - Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- III - As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- IV - O Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- V - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- VI - Os licitantes sujeitos ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) poderão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, a Declaração Simplificada Anual ou a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a seu critério, conforme art. 27, da Lei Complementar 123, de 2006.

9.1.4. Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional

- 9.1.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.
- I - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.1.4.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, tal como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o Conselho Regional e Federal dos Técnicos Industriais (CRT/CFT), ou outro conselho profissional legalmente habilitado para regular as atividades previstas no objeto contratual, em plena validade;
- 9.1.4.3. Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, atendendo ao quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades apresentadas no subitem 1.1 do Termo de Referência, conforme §§ 2º e 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.4. Considerando a natureza da contratação e os quantitativos previstos para cada unidade, ficam definidas como parcelas de maior relevância técnica aquelas diretamente relacionadas à implantação, configuração, operação e manutenção de solução de videomonitoramento IP – CFTV, **adotando-se como parâmetro para sua aferição o quantitativo de câmeras integrantes da solução em cada lote**.
- 9.1.4.5. A comprovação deverá estar relacionada à prestação de serviços envolvendo **sistema de videomonitoramento IP – CFTV**, compreendendo instalação, configuração, operação e/ou manutenção de equipamentos e sistemas de características tecnológicas compatíveis com o objeto da contratação, não sendo necessária a identidade absoluta entre os equipamentos anteriormente executados e aqueles especificados neste Termo de Referência.
- I - Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatível com a parcela de maior relevância definida para o respectivo lote.
- II - Os atestados deverão conter:
- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato);
 - b) Local e data de emissão;
 - c) Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
 - d) Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.
- III - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

IV - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1.4.6. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de objeto pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação.

9.1.4.7. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), registrada(s) na entidade profissional competente (CREA, CFT ou outro conselho legalmente habilitado para fiscalização da atividade), conforme o caso.

9.1.4.8. Será (ão) considerado (s) compatível (is) em características com o objeto ora licitado o (s) atestado(s) de capacidade técnica que comprovar (em) que a licitante executa ou executou de maneira concomitante por pelo menos 12 (doze) meses ininterruptos de atuação, serviços de locação ou prestação de serviço, instalação, Manutenção, monitoramento sistema de CFTV.

9.1.4.9. Deverá ser comprovado obrigatoriamente, os seguintes quesitos, admitindo-se a soma de atestados:

9.1.4.10. Execução de serviços de infraestrutura física, rack e switch.

9.1.4.11. Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de vídeo monitoramento, contendo pelo menos 01 (uma) central de monitoramento, 01 (um) servidor de gravação de imagens, nobreak, televisores, software VMS e estação de monitoramento;

9.1.4.12. Instalação, configuração e manutenção no limite de até 50% das câmeras previstas no escopo da contratação.

9.1.5. Qualificação técnico-profissional

9.1.5.1. A capacidade técnico-profissional será comprovada mediante indicação de profissional legalmente habilitado, integrante ou vinculado à equipe técnica da licitante, detentor de **Certidão de Acervo Técnico - CAT**, ou documento equivalente admitido pela legislação e pelo respectivo conselho profissional, que demonstre experiência na execução de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica equivalente ou superior às parcelas de maior relevância técnica do objeto.

9.1.5.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional deverá estar relacionada à participação do profissional na execução de serviços de implantação, instalação, configuração e/ou manutenção de sistemas de videomonitoramento IP - CFTV, observadas as atribuições estabelecidas pelo respectivo conselho profissional.

9.1.5.3. Para a capacidade técnico-profissional, não será exigida a comprovação dos mesmos quantitativos mínimos estabelecidos para a capacidade técnico-operacional da empresa, devendo a documentação demonstrar a experiência do profissional em serviços de natureza e complexidade compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica do objeto.

9.1.5.4. A licitante vencedora deverá apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa junto ao conselho profissional competente, a exemplo do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outra entidade legalmente habilitada para fiscalizar a atividade, contendo, no mínimo, a indicação de profissional legalmente habilitado com o responsável técnico, com atribuições compatíveis com o objeto da contratação.

9.1.5.5. O Responsável Técnico (RT) da execução indicado na Certidão de Acervo Técnico apresentada deverá comprovar vínculo com a licitante na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços.

9.1.6. Declaração:

9.1.6.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.6.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Do Contratado:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

10.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidental que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
- 10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o licitante que:
- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e a execução do contrato;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 11.2.4.2. Multa Compensatória: Aplicável nos seguintes casos de inexecução contratual:
- I - 20% sobre o valor da parcela inadimplida por atraso superior a 30 dias no pagamento, não entrega do objeto contratual, entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem inadequado ao uso ou lhe reduzam o valor, entrega de objeto em desacordo com as especificações contratuais.
- II - 2% sobre o valor total do contrato por descumprimento de outras obrigações contratuais ou normas legais aplicáveis.
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
12. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 12.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público após o julgamento das propostas.
- 12.3. Com base no art. 24, da Lei 14.133/21., o sigilo busca evitar que as propostas/lances gravitem exclusivamente em torno do orçamento fixado pela administração. Visa selecionar potenciais fornecedores que efetivamente conheçam o objeto licitado e analisem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas com margem de lucro adequada e dentro do preço de mercado. Assim, busca-se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, nos termos do Art. 11, da Lei 14.133/21
13. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 25.698, de 14/01/2026.
- 13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 13.1.1.1. **1251.10.302.135.2060.0001.33.90.39.19.0.60.2.**
- 13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 13.3. Integra este termo de referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte apêndice:
- Apêndice 1 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

EDGAR FERNANDES DE SOUZA, FUNCIONÁRIO CIVIL

C906838

Responsável pela Elaboração

GILZÉLIA GOMES - 2º TENENTE PM

129.311-7

Responsável pela Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Gilzélia Gomes, 2º Tenente**, em 05/10/2026, às 07:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgar Fernandes de Souza, Servidor**, em 05/10/2026, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Augusto Gomes, Tenente Coronel**, em 05/10/2026, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **150005099** e o código CRC **B9CCE1E0**.